

1 **ATA 005/2023 CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE MAFRA (SC) -**
2 **CMI.** Aos onze dias do mês de maio de 2023, às 8h30min, na sede do
3 Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS,
4 situado na rua Tupinambás, 100 bairro Vista Alegre, Mafra SC, realizou-
5 se a reunião nº 005/2023 Ordinária do Conselho Municipal do Idoso - CMI
6 Mafra SC. A Reunião contou com a presença dos (as) CONSELHEIROS
7 (AS) TITULARES E SUPLENTE REPRESENTANTES DAS
8 ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS: Titular Soely Koene Sallai
9 Presidente do Conselho em exercício, suplente Eliane de Fátima Chaves
10 Bergamini representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e
11 Habitação; Suplente Carlos Roberto da Silva da Secretaria Municipal de
12 Educação, Esporte e Cultura; Suplente Jerusa Weck Grahl de Souza da
13 Secretaria Municipal da Saúde; Titular Vitória Nader Dutra da Secretaria
14 Municipal de Administração CONSELHEIROS (AS) TITULARES E
15 SUPLENTE REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO
16 GOVERNAMENTAIS: Patrícia de Assis Bastos Titular Representante da
17 Associação de Caridade São Vicente de Paulo; Maura Miguel Titular
18 Representante da ASAPRIMA; Clesiomar Witt Titular Representante do
19 Lar dos Velhinhos de Mafra São Francisco de Assis; Silvia Stoeberl Titular
20 e Leonilda Plonkoski Suplente do Grupo da Terceira Idade; e demais
21 participantes: Edenize F. dos Santos da Secretaria de Assistência Social
22 e Habitação, Wagner Valdivino Meireles – Delegado DPCAMI, Robson
23 Fabio Niezer – Polícia Civil, Larissa Rutkewicz – MPSC -1ª PJ Mafra,
24 Darci Mazur – Corpo de Bombeiros, Danielle Kondlatsch – SMASH,
25 Miriane Arbigaus da Silva PMSC, e Araci Turchen Makohin- Secretária
26 Executiva dos Conselhos. Abrindo os trabalhos da reunião, verificou-se
27 que havia quórum para o prosseguimento dos assuntos deliberativos.
28 Inicialmente, foram aprovada a atas do mês de abril Ata 04, enviada pelo
29 WhatsApp para prévia leitura dos conselheiros, a qual foi respectivamente
30 aprovada por todos. A presidente em exercício Soely deu boas-vindas
31 aos presentes e solicitou a ordem do dia com a leitura das
32 correspondências emitidas e recebidas as quais fazem parte integrante
33 desta ata. **Correspondências Emitidas:** Of 010/23 de 14/05/23 ao Sr.
34 Edinelson Soares de Castro - Presidente da Câmara de Dirigentes
35 Lojistas de Mafra e Rio Negro –CDL, assunto: Doações do Imposto de
36 Renda ao Fundo Municipal do Idoso. Of 011/23 de 14/05/23 ao Sr
37 Anderson Cristian Luckow – Presidente da Associação Empresarial de
38 Mafra - ACIM assunto: Doações do Imposto de Renda ao Fundo
39 Municipal do Idoso. Of 012/23 de 09/05/23 aos Conselheiros do CMI para
40 convocação de reunião ordinária. Of circular 013/2023 encaminhado aos

41 órgãos que compõe o Formulário PISC, assunto: Finalização do Protocolo
42 Municipal de Rede Intersectorial de Atenção à Pessoa Idosa em Situação
43 de Violência (Protocolo PISC). **Correspondência Recebidas:** Ofício
44 03/2023 de 8 de maio de 2023 da Associação Beneficente e Cultural dos
45 Aposentados e Pensionistas de Rio Negro e Mafra ASAPRIMA Presidente
46 Maria Inês Zapp para a sra Danielle Kondlatsch comunicando
47 afastamento definitivo como conselheira Titular e Presidente do Conselho
48 Municipal do Idoso, por motivos pessoais; Ofício 02/2023 de 8 de maio de
49 2023 da ASAPRIMA sra Maria Inês Zapp indicando representante titular
50 em substituição da sra Maria Inês Zapp; Comunicado de afastamento
51 para Tratamento Médico da Sra Soely K. Sallai Presidente Interina do
52 CMI; E-mail Dr. Elcio Guerra Junior da Defensoria Pública comunicando a
53 impossibilidade de comparecimento na reunião; E-mail do Disque direitos
54 humanos com denuncia de violência contra pessoa idosa: Protocolo
55 1771215. Memorando 3.942/2023 da PMM/PGM Dr. Pedro Henrique
56 Brunken Flores encaminhando o Ofício nº 0453/2023/01PJ/MAF com o
57 objetivo de informar o Arquivamento acerca do Inquérito Civil n.
58 06.2020.00001451-3. Ofício 178/2023/SMASH de 10 de maio de 2023 ao
59 conselho indicando a troca de seu representante a sra. Edenize Farias
60 dos Santos em substituição a sra. Eliane de Fatima Bergamini. Ofício
61 n.0270/2023/01PJ/MAF à Sra, Soely K. Sallai Presidente Interina do CMI,
62 assunto: Protocolo PISC/ Encaminha Informações. Dando continuidade à
63 reunião Sra Soely explicou que foram convidados as instituições que
64 fazem parte do Protocolo PISC: Secretária Municipal de Assistência
65 Social, Secretaria Mun. de Saúde, Corpo de Bombeiros Militar, Defensoria
66 Pública de Santa Catarina, Ordem dos Advogados do Brasil/SC, Polícia
67 Científica/SC (IGP), Polícia Civil/SC, Polícia Militar/SC, Tribunal de
68 Justiça de Santa Catarina, pois por solicitação do Ministério Público em
69 conjunto com as secretarias de Assistência Social e Saúde foi elaborado
70 o **PROTOCOLO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS EM**
71 **POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO À PESSOA IDOSA EM SITUAÇÃO**
72 **DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MAFRA-SC (PROTOCOLO**
73 **MUNICIPAL).** A reunião com as referidas instituições é para
74 **formalizar o aceite do Protocolo Municipal por todas as instituições**
75 **que fazem parte da rede de atendimento, e estão no esboço do**
76 **protocolo elaborado.** O PROTOCOLO tem como objeto a
77 implementação de um fluxo de atendimento às pessoas idosas vítimas de
78 violência no município de Mafra, mediante adesão integral (com as
79 alterações pontuais informadas adiante) ao Protocolo de rede intersectorial
80 de atenção à pessoa idosa em situação de violência no Estado de Santa

81 **Catarina. Conforme o Esboço do Protocolo Municipal recebido do MP,**
82 **caberá aos partícipes a implementação das ações necessárias à**
83 **consecução do objeto deste instrumento, mediante o cumprimento de**
84 **suas atribuições e encaminhamentos previstos no PISC, que é**
85 **considerado parte integrante do presente Protocolo. Cada entidade ao**
86 **realizar o atendimento fará de acordo com suas atribuições e dará**
87 **segmento ao atendimento, preenchendo e enviando o formulário**
88 **PISC conforme a necessidade da sequencia de atendimento.** Soely
89 solicitou fazer a leitura do Esboço do Protocolo Municipal, verificando as
90 instituições que estavam presentes, justificando que a Defensoria não
91 estava presente, mais foi um dos órgãos que mais participou da
92 elaboração. As instituições presentes Secretaria Municipal de Assistência
93 Social, Secretaria Municipal de Saude, Policia Civil, Policia Militar, Corpo
94 de Bombeiros. Sra. Araci leu o fluxo de Atendimento de cada Órgão
95 presente, dispensando a parte que cabe a Assistência Social e Saúde
96 pois os mesmos participaram da elaboração do Protocolo Municipal. Dr
97 Wagner delegado da DPCAMI questionou como seria o encaminhamento,
98 Sra. Soely fez a explicação de como é o processo, o preenchimento do
99 formulário na página do Ministério Público. Sr. Delegado relatou que a
100 DPCAMI tem uma coordenadoria do Estado a instituição é hierarquizada
101 em relação as decisões e que hoje a DPCAMI funciona com poucos
102 servidores, deixou claro que vai encaminhar o protocolo a coordenadoria
103 onde vai ser feito as observações. Soely explicou que o Protocolo PISC
104 Estadual foi elaborado com todos os procedimentos que cada instituição
105 deve usar e o motivo dessa reunião hoje é sobre o protocolo municipal o
106 que vai ser usado no município por cada órgão ou entidade da rede de
107 atendimento. Após a leitura do protocolo que deverá ser realizado pelos
108 bombeiros, o Sr. Darci Mazur disse que havia recebido o ofício na data
109 anterior e que não dependia somente dele tomar decisões sendo que o
110 comandante estava ausente e que assim que tiverem uma posição
111 comunicariam. Após leitura do protocolo que cabe a policia militar feito
112 alguns questionamentos e explicação pela policial Miriane que observou
113 a necessidade de capacitação ao efetivo no sentido de humanização no
114 atendimento e solicitou adequação dos itens constantes no protocolo
115 municipal que cabe a PM e foi adicionado o item: "Atuar na formação do
116 efetivo militar com o objetivo de prevenção e orientação para a
117 identificação dos sinais de violência bem como para o atendimento de
118 ocorrências envolvendo a pessoa idosa". Debatido mais alguns
119 questionamentos da PM Miriane, sobre o formulário RAIVS, ela disse que
120 o Fluxograma da Rede de Atenção Integral às Pessoas em Situação de

121 Violência Sexual (RAIVS) é novidade acredita que efetivo da PM não faz
122 qualquer atendimento ou pós atendimento a qualquer tipo de situação em
123 relação a violência sexual, que a PM não tem um direcionamento ou
124 protocolo específico a seguir. Porque pelo que esta no fluxograma quem
125 faz atendimento é unidade de saúde, UPA, UBS, centro especializado e
126 hospitais e são os que fazem a anamnese. Larissa do MP disse que como
127 a Soely falou esta sendo adequado a realidade do município de Mafra e
128 se a PM não faz o fluxograma então retiramos. A PM Miriane respondeu
129 que acha importantíssimo mas que a PM não atua dessa forma no
130 momento. Que como a UPA atende a demanda, a PM pode passar a
131 usar o formulário pois prevê o uso do formulário pela rede de atendimento,
132 então terá que remeter o formulário. Larissa explicou que o formulário
133 RAIVS é encaminhado ao atendimento de saúde e o Formulário PISC
134 conforme cada situação de atendimento deve ser remetido ao órgão que
135 compete. Após alguns questionamentos onde todos os participantes
136 opinaram com relação a realizar encaminhamento da pessoa vítima de
137 violência a unidade de saúde, sobre se faz o encaminhamento e ou
138 orientação a pessoa idosa para ela se dirigir ao atendimento de saúde. Sr.
139 Delegado Wagner deu sua opinião e colocou a situação em que, verifica-
140 se que alguns idosos necessitam e sofrem de algum tipo de violação de
141 seus direitos mas que alguns idosos se vitimizam e dessa forma aumenta
142 os atendimentos sobrecarregando todos os sistemas. A seguir foi
143 debatido alguns pontos e Larissa foi anotando as observações colocadas
144 e estará fazendo as adequações necessárias conforme colocado pelos
145 órgãos participantes. Soely comentou sobre a rede de atendimento não
146 funcionar em alguns municípios, inclusive Mafra ainda não funciona, mas
147 que a rede existe e deve fazer funcionar. Mafra tem todos os órgãos
148 necessários mas estão muito individualizados e quando se convida para
149 uma reunião de rede, vem pessoas que não estão por dentro do que esta
150 acontecendo, isso é desvalorizar um trabalho do município como um todo,
151 então tem que mudar essa mentalidade e começar a trabalhar em grupo,
152 por que se torna mais fácil e divide as responsabilidades, (mas que esta
153 difícil..), disse que o Protocolo PISC Municipal foi elaborado de acordo
154 com a realidade do município para facilitar a comunicação na rede.
155 Delegado dr.Wagner pediu a palavra, e falou que acha válido a reunião
156 que o conselho esta presidindo, que é muito bom, e falou sobre sua
157 visão a respeito. Relatou que esta com 27 anos de serviço publico entre
158 PM, Prefeitura e Policia Civil e sempre vê as mesmas historias, só muda
159 os personagens e os locais. Sobre o protocolo PISC disse ser favorável,
160 mas a pergunta é: qual a estrutura e quem paga tudo isso? Que até hoje

161 não achou uma resposta dada satisfatoriamente. Disse que se receber
162 obrigações para executar, concorda e que da-se um jeito de fazer, mas
163 falta estrutura para isso, e o que vai funcionar de fato, perguntou. Citou
164 um exemplo: a Policia civil ou DPCAMI conta com 3 pessoas no quadro
165 de funcionários, ele o escrivão Robson e a policial Clenice (não presente),
166 e que além da falta de pessoal ainda tem o Código de Processo Penal,
167 Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente, várias leis
168 entre outros, mas que além disso também tem os órgãos municipais
169 CRAS e CREAS, disse que a estrutura é maravilhosa, que não dá para
170 reclamar de legislação. Mas de fato o que funciona, perguntou. Disse que
171 vai informar para a coordenadoria sobre o protocolo e formulário que a
172 Policia Civil deverá preencher. Relatou que não vê nenhuma dificuldade
173 em preencher o formulário, que a dificuldade é o tempo. Se referiu a
174 quanto tempo gastaria no preenchimento e que a DPCAMI tem uma carga
175 horária de trabalho, e que então seriam menos esse tempo 20 ou 30
176 minutos. Falou que o formulário é um documento importante sem dúvida,
177 mas não tem só isso, durante o dia existem várias outras demandas. E
178 perguntou quem vai fazer esse preenchimento? Que ele não vai
179 preencher porque não é função dele, pois é delegado (gestor). O estado
180 paga mais caro para gerenciar não para executar e é assim que funciona
181 com as autoridades que são gestores, que assim funciona o sistema.
182 Então as atribuições de preenchimento do formulário serão designadas
183 para o escrivão Robson ou para Clenice fazer e eles irão executar. E
184 diante disso chegam outras demandas: exemplo da PM, Lei Maria da
185 Penha, Criança e adolescente e outros que requerem urgência, e a
186 comunicação de rede do formulário não vai funcionar, vai ficar atrasado, e
187 chegara no CREAS ou outro órgão com atraso. Exemplificou que
188 frequentemente ocorrem situações de idosos reclamando que sumiu
189 dinheiro na conta, ninguém quer cuidar do idoso, idosos tem 5 - 6 filhos
190 mas não assumem a responsabilidade de cuidar, ou não gostam do idoso
191 (os pais) e que não tem como fazer fazer o filho gostar ... E quanto ao
192 estado resolveu esse problema, perguntou. Sabe-se que tem um
193 sistema... As situações que acontecem quase sempre são as mesmas.
194 Sempre vai passar os atendimentos pela DPCAMI depois ao CRAS ou
195 CREAS ou MP e isso vai aumentando a demanda. É um sistema que
196 existe e vai sobrecarregar bastante, mas la na frente a mentalidade das
197 pessoas não muda. Que o idoso sempre fica numa situação passiva a
198 espera de um salvador e que a realidade sempre é a mesma passa ano
199 sempre se vê as mesmas historias que continuam... Sugeriu estudar e
200 verificar os órgãos, se tem estrutura para isso, a começar pela Policia

201 Civil. Se o protocolo PISC muda alguma alguma coisa ou é só para
202 conhecimento, perguntou, disse que no Brasil cria-se muitos direitos e
203 muitas obrigações mas que não se preocupa com o custo disso. Soely
204 pontuou que esse é um questionamento que esta sendo feito para o
205 Ministério Publico Estadual e que é uma realidade também do CREAS
206 aumento da demanda e a falta de equipe técnica. Larissa disse que a
207 adesão é voluntária. Delegado disse que se ele pudesse decidir, iria
208 questionar a estrutura para definir se dá para fazer isso, porque senão
209 será mais um documento, mais um tempo, mais um gasto e daqui mais
210 alguns anos não se vê resultados e o cidadão familiarmente não
211 estruturado (idoso) continua na mesma situação. Soely comentou sobre a
212 colocação do Delegado, ela vê isso como uma situação de educação
213 permanente, que quando se vê idosos apáticos e vendo as situações
214 como não deles, são idosos que tem tudo resolvido, então temos que
215 mudar isso também. E como o conselho deve implementar algumas
216 coisas, fazer esse trabalho com ações preventivas, que envelhecer não
217 quer dizer cruzar os braços e esperar que os outros façam as coisas por
218 ele. Delegado Wagner comentou sobre alguns idosos que se aproveitam
219 da situação e deixam os outros resolver tudo, se fazem de incapaz.
220 Comentou sobre a realidade que parte do cenário a que vem do estado, e
221 que ele colocou a realidade da DPCAMI- Mafra. Larissa do MP explicou
222 que o objetivo do Protocolo é facilitar a comunicação entre os órgãos,
223 para que a pessoa não precise ficar repetindo a situação em cada órgão,
224 pois no primeiro atendimento ficaria registado, sendo uma forma da não
225 revitimização. Mas que é um inicio, que o Protocolo foi elaborado na
226 melhor das intenções mas que ainda não é um sistema onde todos os
227 órgãos tem acesso, que o formulário deve ser enviado por email, mas
228 esta no inicio para melhorar e ter um sistema de comunicação. Larissa
229 falou que a adesão ao formulário PISC é voluntária, que será uma forma
230 de melhorar a comunicação entre a rede. Depois de alguns comentários
231 entre os órgãos, Larissa falou da não obrigatoriedade da adesão. Dr
232 Wagner disse que se não é obrigatório pede para sair, não que ele não
233 seja favorável ao formulário, e sim devido a não ter condições por falta
234 de efetivo na DPCAMI, justificando que não tem condições de aderir.
235 Soely sugeriu a justificativa de não adesão ser enviada por escrito ao MP.
236 Larissa explica que foi enviado oficio a todos os órgãos, perguntando se
237 tinham intenção de aderir e se concordavam com o fluxograma, e foi
238 incluído os que concordaram. Diante disso Dr. Wagner disse que se for
239 decisão estadual é hierarquizado deverá aceitar a decisão do estado, mas,
240 se passar para ele delegado da DEPCAMI decidir, deixou claro que não

241 adere, mas que depende da hierarquia e respeita a decisão que vier.
242 Miriane da falou que na PM já fazem o Boletim de Ocorrência onde tem
243 que colocar todos os dados, que demanda tempo e que se tiver que
244 preencher mais o formulário isso dificulta, mas que respeita a hierarquia,
245 que se vier a ordem de cima a PM vai incluir o formulário. O conselheiro
246 Clesiomar Witt deu sua opinião referente ao protocolo que esta evidente
247 que foi elaborado em relação ao município de Mafra, e que se é voluntário
248 a adesão então abrange, e se o órgão não tem condições de atender não
249 é obrigado. A PM Miriane questionou sobre ter que enviar ofício ao MP
250 informando a não adesão que isso seria uma afronta ao MP, ao que Soely
251 respondeu que não é dessa forma que ela se referiu mas que deve
252 enviar ofício ao MP justificando por falta de equipe e estrutura. Soely
253 disse que no CREAS estão tentando que venha um TAC porque não tem
254 mais condições de trabalho, sempre estão justificando a promotoria ou
255 juizado solicitando dilação de prazo, que a equipe esta reduzida, que não
256 tem pessoas para atender... esperando que em algum momento a
257 promotoria/juizado parem e vejam que tem que ser feito algo, porque de
258 fato muitas vezes não conseguem realizar o trabalho que tem que ser
259 feito. Que já estão entrando com situações de saúde pelo stress, pela
260 pressão, e isso deve ser informado. Perguntou a PM como esta o
261 contingente ao que Miriane respondeu que esta razoável. Soely comentou
262 que a DPCAMI realmente esta com o quadro reduzido para uma
263 população de 56 mil habitantes. PM Miriane falou que saber para onde
264 encaminhar as demandas da PM é uma luz no trabalho da PM e isso é
265 importante. Soely disse que sempre será o CREAS quem receberá
266 quase todos os encaminhamentos e que se DPCAMI esta com 3 pessoas
267 no quadro de funcionários o CREAS esta com 3 técnicos também.
268 Delegado comentou que ele e o Robson resolveram participar da reunião
269 para conhecer as pessoas, ver como é a sistemática e, para confirmar o
270 que já pensam ou mudar o que pensam. Agradeceu pela reunião e disse
271 espera ter contribuído com as palavras e os questionamentos, e não quer
272 tumultuar nada, mas trazer a realidade porque senão vai entrar naquela
273 frequência que esta o Brasil que vai criando e criando e ai la ponta é o
274 sistema trabalhando para ele mesmo e na ponta mesmo continua com o
275 problema e não funciona. Que pode ser mais uma coisa que não vai
276 funcionar. Ainda ouve alguns questionamentos entre os órgãos, que o
277 formulário deve ser preenchido por quem faz o primeiro atendimento e
278 enviado ao órgão que achar que deve dar a sequencia no atendimento
279 conforme cada caso e necessidade. Falou-se sobre a estrutura, que são
280 favoráveis ao protocolo mas se tiver estrutura adequada para isso,

281 exemplo falta pessoas na equipe. Sobre o formulário que também será
282 uma forma de estatística ao MP. Falou-se também sobre todos os
283 questionamentos feitos na reunião constar na ata do conselho. Soeli falou
284 sobre informar a dra Lia Nara Dalmut que é a promotora que atua no CDH,
285 sobre as dificuldades em nosso município. Larissa tomou nota de todos
286 os questionamentos que levará ao conhecimento da promotoria, ficando
287 de dar uma resposta futuramente. Soely agradeceu a presença dos
288 representantes dos órgãos presentes na reunião, liberando os órgãos
289 convidados e deu continuidade a pauta do conselho: Apresentada
290 renuncia da presidente do conselho sra Maria Ines Zapp por motivos
291 pessoais, sugeriu-se passar para a pauta da Eleição da mesa diretora
292 ficando assim composta: Presidente Edenize Farias dos Santos, Vice
293 presidente Soely Koene Sallai, 1ª secretária Estela Maris Bergamini
294 Machado, 2ª Secretária Vitória Nader Dutra. Mesa Diretora Composta,
295 passou-se a pauta Composição das Comissões Técnicas Temporárias ou
296 Permanentes do Conselho: **I - Comissão de Capacitação e Promoção**
297 **dos Direitos do Idoso:** Jerusa Weck Grahl de Souza, Patricia de Assis
298 Bastos, Vitória Nader Dutra; **II - Comissão de Editais de Chamamento e**
299 **de Projetos:** Estela Maris Bergamini Machado, Charles Diego dos Santos,
300 Alci Terezinha Leite; **III - Comissão de Inscrição, Monitoramento e**
301 **Fiscalização de Entidades:** Aline Witt Habkost Dola, Soely Koene Sallai,
302 Alci Terezinha Leite; **IV - Comissão de Monitoramento e Fiscalização**
303 **de Projetos:** Jerusa Weck Grahl de Souza, Soely Koene Sallai, Edenize
304 Farias dos Santos. Nada mais tendo a tratar, Soely agradeceu a todos e
305 foi encerrada a reunião, eu Araci Turchen Makohin secretária executiva
306 do conselho com apoio de Eliane de Fatima Chaves Bergamini
307 coordenadora do CREAS lavramos a presente ata aprovada por todos os
308 presentes conforme lista de presença anexa.

309